

PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2024

CONTRATANTE (UASG)

(120073) BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

OBJETO

Registro de Preços para a Aquisição de materiais para aplicação na manutenção de veículos da Base Aérea de Florianópolis, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 479.759,94''

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/04/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	17
11. DOS RECURSOS.....	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024**

(Processo Administrativo n.º 67272.001966/2023-30)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, União, por intermédio do Comando da Aeronáutica, por meio da BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Materiais para Manutenção de Viaturas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para ***Todos os itens***, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1. e 8.12.1. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário e total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1. e 4.6. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, **haverá um acréscimo de 10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação **serão enviados por meio do sistema, em formato digital**.

8.5.1. **Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).**

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (Duas) Horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1..

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Para óleos lubrificantes:

8.20.1. Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

8.20.2. Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

8.21. Para pneus: só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 e os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o recondicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em caso de pneus importados, será exigido CTF do importador e não do fabricante.

8.22. Para lubrificantes e derivados de petróleo há necessidade de apresentação do CTF do fabricante e cumprimento dos requisitos abaixo:

8.22.1. Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

8.22.2. Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

8.23. Para baterias: além do registro do fabricante ou importador no CTF há necessidade de registro da bateria no INMETRO.

8.24. Demais requisitos podem ser observados no Item 4 do Termo de Referência.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

- 11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço e contato constantes neste edital.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1.** A aplicação das sanções administrativas no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) obedece às dosimetrias dispostas na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023.
- 12.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:
- 12.2.1.** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.2.2.** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.2.3.** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.2.4.** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado;
 - 12.2.5.** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.2.6.** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.2.7.** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.2.8.** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
 - 12.2.9.** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.3.** Consideram-se como condutas do item 1.2.1, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual:
- 12.3.1.** - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
 - 12.3.2.** - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - 12.3.3.** - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório; e
 - 12.3.4.** - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

12.4. Consideram-se como condutas do item 1.2.2, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas:

12.4.1. - deixar de atender a convocações do agente ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

12.4.2. - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente ou pela comissão de contratação;

12.4.3. - abandonar o certame; e

12.4.4. - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

12.5. Considera-se como conduta do item 1.2.7, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual, a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou quaisquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

12.6. Os licitantes ou os contratados que incidirem nas infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa compensatória;

III – multa moratória;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. A aplicação de quaisquer sanções elencadas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

12.9. A multa de que trata o inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderá incidir em quaisquer das infrações administrativas, podendo ser combinada com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser moratória e/ou compensatória.

12.10. O valor total da multa aplicada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, considerando-se neste caso, a multa moratória e compensatória aplicadas concomitantemente.

12.11. Para a aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.12. A multa compensatória possui um caráter indenizatório e será calculada na forma do edital ou do contrato, estabelecidos parâmetros proporcionais às infrações.

12.13. O percentual da multa a ser aplicado dependerá da dimensão dos danos causados, respeitados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

12.14. No caso de condutas tipificadas nos incisos IV e V do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.

12.15. No caso de condutas tipificadas no item 1.2.3, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.

12.16. No caso de condutas tipificadas nos itens 1.2.5 e 1.2.9, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.

12.17. No caso de condutas tipificadas nos itens 1.2.6, 1.2.7 e 1.2.8, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.

12.18. No caso de condutas tipificadas no item 1.2.4, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto nos dispositivos seguintes.

12.19. O impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021 será aplicado com a seguinte graduação:

I - por até 30 (trinta) dias:

a) no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; e

b) na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.

II - por até 3 (três) meses:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) na arguição da inexecutabilidade dos próprios preços ofertados; e

c) na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação.

III - por até 6 (seis) meses:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação ou da dispensa e inexigibilidade;

d) na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos incisos I e II, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;

e) na aplicação da segunda sanção administrativa de multa no mesmo PAG;

f) na aplicação de duas sanções administrativas de advertência e uma de multa, no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e

g) na aplicação de duas sanções administrativas de multa no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

IV - por até 12 (doze) meses:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

b) quando o contratado não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e

c) na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso III, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

V - por até 24 (vinte e quatro) meses:

a) na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;

b) dar causa à inexecução total do contrato; e

c) na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso IV deste item, em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.

VI - por até 36 (trinta e seis) meses:

a) dar causa à inexecução total do contrato que ocasione grave dano à Administração ou paralisação de serviços públicos ou ao interesse coletivo.

12.20. A aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.21. O impedimento de licitar e contratar só produz efeitos para o futuro, sem interferir nos contratos já existentes e em andamento.

12.22. As hipóteses de cabimento específicas para a imposição da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são as previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da mesma Lei, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

12.23. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.24. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.25. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.26. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens Erro: Origem da referência não encontrada, Erro: Origem da referência não encontrada e Erro: Origem da referência não encontrada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.27. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens Erro: Origem da referência não encontrada, Erro: Origem da referência não encontrada, Erro: Origem da referência não encontrada, Erro: Origem da referência não encontrada e Erro: Origem da referência não encontrada, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens Erro: Origem da referência não encontrada, Erro: Origem da referência não encontrada e Erro: Origem da referência não encontrada

que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.28. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item Erro: Origem da referência não encontrada, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.29. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.30. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.31. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.32. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.33. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail bafipregoeiro@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera, Florianópolis- SC, CEP: 88.049-000, à Seção de Protocolo do Esquadrão de Intendência.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Santos Dumont, s/nº - Tapera - Florianópolis, SC, telefone: (48) 3229-5071, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 16:00 horas (horário de Brasília), Telefones para contato: (48) 3229-5070/5071. No mesmo endereço e período, os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2.** ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 14.11.3.** ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2024.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Pregoeiro	KAREN KELLEN SILVA DOS SANTOS OSÓRIO Maj Int Ordenadora de Despesas
---	--

Termo de Referência 38/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2023	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	DOUGLAS LEAO	07/12/2023 09:50 (v 2.1)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67272.001966/2023-30

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de materiais para aplicação na manutenção de veículos da Base Aérea de Florianópolis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Cód SIASG	Descrição Material	Quantidade	UN	VALOR DE REFERÊNCIA R\$	VALOR TOTAL R\$
1	601273	Aditivo para radiador, concentrado, orgânico, composição básica monoetilenoglicol, características adicionais com anticorrosivo em conformidade com a NBR 15297, embalagem com 1 litro	100	L	43,30	4.330,00
2	372360	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 12 V, 30 AH, COM MEDIDAS EXTERNAS MÁXIMAS DE 200 x 135 x 190 mm (C x L x H), BORNES PARA APARAFUSAR O CABO. UTILIZAÇÃO EM MICROTRATORES CORTADORES DE GRAMA HUSQVARNA E TOYAMA	3	UN	608,30	1.824,90
		BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 50 AH, D, CCA MÍNIMO 400 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE				

3	429708	GARANTIA MÍNIMA, PARA UTILIZAÇÃO EM FIAT UNO, TRATORES E STRADA	8	UN	364,00	2.912,00
4	427505	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 6AH, CCA MÍNIMO DE 60A, SEM MANUTENÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, USO EM HONDA 150 FAN 2013	3	UN	239,00	717,00
5	419344	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, D, CCA MÍNIMO 440 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT DOBLÓ, PEUGEOT 307 E VW PARATI	8	UN	576,33	4.610,64
6	375719	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA MÍNIMO 500 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM L200 E RANGER	8	UN	588,00	4.704,00
7	419343	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO	20	UN	941,00	18.820,00
8	397777	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 150 AH, E, CCA MÍNIMO 1000 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM CAMINHÕES E GERADORES	10	UN	1256,44	12.564,40
9	430483	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, D, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM PEUGEOT BOXER	8	UN	691,67	5.533,36

10	244665	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00 R 20, VÁLVULA TC 131	20	UN	191,67	3.833,40
11	242589	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00 R 20, VÁLVULA TC131	16	UN	106,73	1.707,68
12	477840	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 600 R12, VÁLVULA TR 218A – TRAMONTINI TR-18	6	UN	71,18	427,08
13	239291	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 7,5 R15, VÁLVULA TR 218A – AGRALÉ 4230.4	4	UN	73,98	295,92
14	477838	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 9,5 R24 – VÁLVULA CENTRAL TR 218A – REFERÊNCIA – AGRALÉ 4230-4	4	UN	318,67	1.274,68
15	438316	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.75 R8 INDUSTRIAL PARA ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	4	UN	39,97	159,88
16	454562	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-52	10	UN	38,21	382,10
17	454677	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-78	12	UN	47,10	565,20
18	294978	CORREIA DO CORTADOR DE GRAMA PARA MICROTRATOR HUSQVARNA Z 242 F – REF 587 27 00-01	6	UN	320,08	1.920,48
19	261317	Desengripante líquido aerossol automotivo, embalagem com no mínimo 300 ml	30	UN	16,43	492,90
20	358886	Desincrostante alcalino automotivo para limpeza pesada, para limpeza automotiva de óleo, graxa e gorduras, tipo Metasil BR 36 Plus ou similar. Embalagem com 5 litros.	6	UN	74,55	447,30
21	438910	Fluido ARLA 32 (solução a 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada), embalagem com 20 litros	60	UN	135,49	8.129,40

22	263657	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, frasco com 500 ml	40	UN	33,15	1.326,00
23	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR GIRO ZERO HUSQVARNA Z 242F 2019 - REF 586918102	10	UN	256,73	2.567,30
24	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR TOYAMA 17.5/42 2018 - REF 942-0616A	10	UN	314,80	3.148,00
25	369251	Limpador de contatos elétricos/eletrônicos, aerossol, para limpeza de componentes elétricos, características adicionais: fácil evaporação, não condutor/inflamável, sem CFC. Embalagem com no mínimo 300 ml	20	UN	19,45	389,00
26	342628	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, COMPOSIÇÃO SILICONE, PIGMENTOS E ABRILHANTADOR, APLICAÇÃO SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E SIMILARES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG	6	UN	79,49	476,94
27	463190	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L	50	L	46,33	2.316,50
28	477466	ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS PARA MOTORES STIHL, TAXA DE DILUIÇÃO MÍNIMA DE 50:1, EMBALAGEM COM 500 ml. Referência Castrol Stihl 8017H.	300	UN	47,00	14.100,00
29	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO, 2 TEMPOS, TCW3, BASE SINTÉTICA, EMBALAGEM COM 1 L	100	L	46,06	4.606,00
30	467708	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W30, API SL ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	150	L	50,94	7.641,00

31	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API SN ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	100	L	52,98	5.298,00
32	472932	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, MOTORES FLEX, GASOLINA E DIESEL COM SISTEMA DPF, ACEA C3-16, MITSUBISHI TRITON 2022/2023. EMBALAGEM COM 1L	120	L	75,32	9.038,40
33	470282	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO SAE 0W20 SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO FIAT ARG0 1.3. EMBALAGEM DE 1L	50	L	49,41	2.470,50
34	471969	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO, API SERVICE CI-4 /SL SAE 15W40 – EMBALAGEM COM 20 L	100	UN	456,96	45.696,00
35	461574	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO	25	L	41,83	1.045,75
36	461657	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 68, EMBALAGEM COM 20 LITROS	15	UN	316,83	4.752,45
37	481558	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO PARA CÂMBIO, SAE 40 – TRM-5, BALDE COM 20 LITROS	3	UN	577,83	1.733,49
38	470288	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 50, EMBALAGEM DE 1L	30	L	30,10	903,00
39	486604	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 75W90, EMBALAGEM DE 1L	40	L	97,75	3.910,00
		ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 80W90 API GL5,				

40	473132	BALDE COM 20 LITROS	4	UN	678,00	2.712,00
41	473133	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 85W140 GL5, EMBALAGEM DE 1L	50	L	62,39	3.119,50
42	473133	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 85W90 API GL-5, EMBALAGEM DE 1L	50	L	56,92	2.846,00
43	470290	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 90 GL5, BALDE COM 20 LITROS	4	UN	719,30	2.877,20
44	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API CF OU SUPERIOR, ACEA C3, MOTORES DIESEL COM SISTEMA DPF, RENAULT MASTER 2023, EMBALAGEM COM 1L	50	L	714,66	35.733,00
45	473568	ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL DIESEL S10 – COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, ANTICORROSIVO E FUNGICIDA. AÇÃO DESCARBONIZANTE, BACTERICIDA, FUNGICIDA, LUBRIFICANTE E PROTETIVA. TRATAMENTO DE DIESEL NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE 1:400 L. EMBALAGEM DE 500 ML. REFERÊNCIA: BARDAHL MAX S10.	100	UN	47,37	4.737,00
46	601311	GRAXA AUTOMOTIVA CHASSIS – SAE NLGI 2 – BALDE COM 20KG	3	UN	667,48	2.002,44
47	294171	PNEU DE CARGA, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO FORA DE ESTRADA E COM CÂMARA PARA TRAÇÃO – REFERÊNCIA PIRELLI TG01	20	UN	2885,53	57.710,60
48	294170	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA NO EIXO DIRECIONAL – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	5	UN	2968,48	14.842,40

49	246795	PNEU 165/70 R13 79T	5	UN	376,14	1.880,70
50	244510	PNEU 185/60 R14 82H	5	UN	352,17	1.760,85
51	464148	PNEU 185 R14 C 102/100R 8 LONAS PARA KOMBI 2013	5	UN	531,63	2.658,15
52	268146	PNEU 185/60 R15 88H – DOBLO/ARGO	10	UN	507,00	5.070,00
53	264585	PNEU 185/65 R15 88H – LOGAN	5	UN	345,33	1.726,65
54	248158	PNEU 195/65 R15 – 91H – PEUGEOT 307	5	UN	556,99	2.784,95
55	365686	PNEU 265/70 R16 A/T 112S PARA L200 TRITON 2022/2023	10	UN	1461,83	14.618,30
56	464150	PNEU 205/75 R16 C 110/108 R – PEUGEOT BOXER	12	UN	1030,00	12.360,00
57	464151	PNEU 215/75 R17.5 126/124M – VOLARE/ CARGO 816 – REFERÊNCIA FR85	10	UN	2086,67	20.866,70
58	398435	PNEU 225/50 R17 98V – FORD FUSION 2010	5	UN	739,23	3.696,15
59	468478	PNEU 225/65 R 16 C – 112/110 R – RENAULT MASTER 2023	10	UN	1146,67	11.466,70
60	269566	PNEU 225/75 R16 107/110S AT/R PARA L200 2008	8	UN	1121,67	8.973,36
61	362570	PNEU 235/75 R15 109S – RANGER 2010	14	UN	963,84	13.493,76
62	429623	PNEU 255/70 R16 (111T ou 109H) – RANGER 2014	6	UN	1217,17	7.303,02
63	308065	PNEU 275/80 R 22,5, 16 lonas, 149/146 L, SEM CÂMARA - RODOVIÁRIO	10	UN	2386,06	23.860,60
64	337425	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 9.00 R20, 140/137K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	8	UN	2453,42	19.627,36
65	442744	PNEU 3.75-8 E CÂMARA DE AR, CAPACIDADE DE CARGA B, PARA A ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	3	UN	129,30	387,90
66	313823	PNEU 600/12 PARA TRAMONTINI TR-18	2	UN	499,30	998,60
67	239321	PNEU AGRÍCOLA 7,5 L R15 – AGRALE 4230.4	2	UN	750,05	1.500,10
68	440726	Protetor de câmara para pneu de caminhão aro 20 (900R20 e 1000R20)	20	UN	149,00	2.980,00

69	307107	DETERGENTE AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA DE CARNAÚBA, CONCENTRADO, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:40, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG ou 20 L.	10	UN	115,72	1.157,20
70	421259	VASELINA LÍQUIDA, AEROSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	20	UN	19,33	386,60
71	402986	CERA AUTOMOTIVA CRISTALIZADORA DE PINTURA COM PROTEÇÃO UV, COM ESPONJA APLICADORA. COMPOSIÇÃO: SOLVENTE ORGÂNICO, CERA SINTÉTICA, CERA DE CARNAÚBA, RESINA, ESPESSANTE E ESSÊNCIA. REFERÊNCIA SUN CAR WAX. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 g	20	UN	61,42	1.228,40
72	451979	FUNDO CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PRONTA PARA PINTURA. REFERÊNCIA TF-7. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	20	UN	36,66	733,20
73	454536	CORREIA TRANSMISSÃO MTD PARA CORTADOR DE GRAMA TOYAMA 17,5HP (13AN772S305) – REF 954-04060B	10	UN	458,99	4.589,90
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 479.759,94	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A contratação oriunda da Ata de Registro de Preços terá o prazo de vigência contado por meio da soma dos prazos necessários para a entrega do equipamento, recebimento e pagamento, pois ao longo da vigência de 12 meses da Ata serão originadas várias contratações que serão formalizadas por meio de notas de empenhos, de acordo com o surgimento da necessidade da aquisição de cada item.

1.5. O mapa de consumo dos últimos 3 anos (aquisições anteriores) encontra-se descrito nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice a este TR.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do decreto nº 10.947/2022. O objeto da contratação está previsto no Planejamento anual de Aquisições e Contratações(PAAC) de 2023, disposto no portal da Força Aérea Brasileira(FAB), conforme detalhamento a seguir:

I) Região/Unidade: Sul/BAFL

II) Data de Publicação no Portal da FAB: 29 de março de 2023

III) Código de Planejamento do Objeto no PACC: BAFL23SER009

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para óleos lubrificantes:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.1.2. Para baterias automotivas:

4.1.2.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.2. Quanto a obrigação da contratada providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata, informo que a Contratada irá realizar a destinação correta.

4.1.2.3. Destacamos que às baterias terão aquisição sem troca, pois serão adquiridas para compor estoque.

4.1.3. Para os pneus automotivos:

Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida. Entretanto, em virtude da aquisição de pneus ser realizada para compor estoques, a BAFL dará a destinação correta aos pneus substituídos.

4.1.4. Para substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), como aerossóis, solventes, etc.:

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Indicação de marcas e modelos

4.2. Na presente contratação foram indicadas marcas para referência e para facilidade de comparação com a necessidade real do bem a ser adquirido.

Requisitos

4.3. Para pneus: só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 e os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o recondicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em caso de pneus importados, será exigido CTF do importador e não do fabricante.

4.4. Para produtos químicos: cadastro do fabricante no CTF.

4.5. Para lubrificantes e derivados de petróleo há necessidade de apresentação do CTF do fabricante e cumprimento dos requisitos abaixo:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.6. Para baterias: além do registro do fabricante ou importador no CTF há necessidade de registro da bateria no INMETRO

a) Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.7. Legislações específicas:

4.7.1. Exigência de cadastro no CTF:

- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

- Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais);

- Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 (Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na

Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021);

- Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).

4.7.2. Aquisição de óleo lubrificante:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)

- Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

4.7.3. Aquisição de baterias:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

- Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);

- Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);

- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado).

4.7.4. Aquisição de pneus:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

- Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);

- Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.);

- Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos).

4.7.5. Substâncias que destroem a camada de ozônio:

- Decreto nº 99.280, de 1990 (Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.);

- Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 (Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.) - Decreto nº 2.679, de 1998 (Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992);

- Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);

- Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.)

- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal);

- https://www.google.com/searchq=decreto+11550&rlz=1C1GCEU_ptBRBR1037BR1037&oq=decreto+&aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8

- Este Decreto revogou o SINARE - Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do recebimento do empenho, conforme as quantidades solicitadas na ativação.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues em dias úteis sendo, entre 8h e 16h de segunda à quinta-feira e entre 8h e 12h na sexta-feira, na Seção de Material de Intendência da BAFL, situada na Av. Santos Dumont s/n, Tapera, Florianópolis/SC.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. É critério de análise para aceitação do produto a validade do bem estar acima de 3/4 do indicado na embalagem. Por exemplo: se a validade de um produto é de 1 ano (12 meses), o produto deve ter sido fabricado a no máximo 3 meses. Para pneus, serão considerados como validade 5 anos da data de fabricação, a qual é estampada no pneu no formato (semana/ano).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é no mínimo aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou conforme estipulado na garantia do produto (baterias, por exemplo).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação

mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da

realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme solicitação mediante emissão de Nota de Empenho das quantidades necessária.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda,

outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional correspondente a atividade exercida, em plena validade;

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1. Entrega de itens semelhantes – materiais para aplicação em veículos;

8.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 479.758,94

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 479.758,94 (quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1.

9.2. Em atenção ao previsto no Art 5º da IN 65/2021 quanto aos critérios de realização da pesquisa de preços, priorizou-se os parâmetros estabelecidos no §1º do referido artigo. Entretanto, para os itens 6, 12, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 45, 48, 69, 71 e 73 foi necessário realizar pesquisas de preços em mídias especializadas para composição do valor de referência, já que os itens não possuíam o quantitativo necessário de cotações ou os preços estavam abaixo do valor atual de mercado.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 120073;

10.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;

10.2.3. Programa de Trabalho: 168930;

10.2.4. Elemento de Despesa: 339030;

10.2.5. Plano Interno: A0000340100;

11. Disposições Finais

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo com a contratação.

NATAL PEDRO FACHINI

Chefe da Seção de Transporte de Superfície

Despacho: De acordo com a contratação.

DOUGLAS LEAO

Equipe de apoio

Despacho: De acordo com a contratação.

LUCAS ARAUJO GUIMARAES

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o Termo de Referência sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	07/12/2023 14:28:22
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	ce7ac5967793380f5a479a0a39aaa06f
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento DOUGLAS LEÃO no dia 07/12/2023 às 11:30:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LUCAS ARAUJO GUIMARÃES no dia 07/12/2023 às 13:05:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap NATAL PEDRO FACHINI no dia 07/12/2023 às 13:19:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO HENRIQUE COSTA PINTO MARINHO no dia 04/01/2024 às 08:24:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 14/01/2024 às 13:05:40 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/BAFL/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/BAFL/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO Nº 67272.001966/2023-30

A Base Aérea de Florianópolis, com sede na Avenida Santos Dumont, S/Nº, Tapera - Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0009-68, neste ato representada pela Major Intendente KAREN KELLEN SILVA DOS SANTOS OSÓRIO - Ordenadora de Despesas, consoante designação em Portaria COMPREP Nº XXXXXXX, de XX de XXXX do ano de 2024, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2024, publicada no DOU de XX/XX/2024, processo administrativo nº 67272.001966/2023-30, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços **para a eventual Aquisição de Materiais para Manutenção de Viaturas**, especificado(s) no(s) item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 06/BAFL/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1- O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS DA UASG GERENCIADORA – BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

EMPRESA					
CNPJ				FONE/FAX	
END:				E-MAIL	
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL DESTA ATA - VALOR REGISTRADO COM O FORNECEDOR:					

2.2- A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

~~3 — ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)~~

~~3.1 — O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....~~

~~3.2 — {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ~~podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.~~

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ~~ou no aviso de contratação direta~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ~~ou no aviso de contratação direta~~; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos ~~do edital ou do aviso de contratação direta~~, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 — ~~REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS~~

~~8.1 — As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.~~

~~8.2 — O remanejamento somente poderá ser feito:~~

~~8.2.1 — De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou~~

~~8.2.2 — De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.~~

~~8.3 — O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.~~

~~8.4 — Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.~~

~~8.5 — Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.~~

~~8.6 — Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.~~

~~8.7 — Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.~~

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da

ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL ~~OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA~~.

~~**11.2** — No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.~~

11.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (DUAS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Florianópolis, data (data da homologação do Pregão)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregoeiro

KAREN KELLEN SILVA DOS SANTOS OSÓRIO Maj Int

Ordenadora de Despesas

REPRESENTANTE DA EMPRESA
(Nome legível, Assinatura, carimbo da
empresa ou do assinante).

Estudo Técnico Preliminar 49/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 67272.001966/2023-30

2. Descrição da necessidade

2.1 Aquisição de materiais para aplicação na manutenção de veículos da Base Aérea de Florianópolis (BAFL) para atendimento das necessidades da Base Aérea de Florianópolis (BAFL).

2.2. A Base Aérea de Florianópolis é uma Organização Militar subordinada ao Comando da Aeronáutica, que tem como finalidade prover o apoio necessário às Unidades Aéreas e às Unidades de Aeronáutica que nela operem, permanente ou temporariamente, ou que nela estejam sediadas. A representação institucional do COMAER e a preservação do patrimônio são tarefas destinadas à BAFL na sua área de competência.

2.3. A Seção de Transporte de Superfície (STS) é responsável pelo apoio com viaturas para transporte de pessoal e de materiais a todas as demandas desta Organização.

2.4. Há diversos apoios rotineiros que necessitam a disponibilidade de viaturas 24 horas por dia, 7 dias na semana, como transporte de equipes de serviço, patrulhamento da área militar, transporte de refeições para a equipe de serviço, entre outros.

2.5. Como há disponibilidade de mão de obra especializada em manutenção de viaturas no Setor, é possível adquirir materiais para a realização de manutenções preventivas no Setor com a finalidade de redução de custos de aquisição e de não haver a necessidade de dispêndios com mão de obra.

2.6. As quantidades solicitadas neste pregão foram definidas com base em possíveis gastos, levando em conta o histórico de consumo, necessidades de manutenções preventivas, possíveis necessidades de manutenções corretivas, estoque de material e vencimento da Ata atual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Transporte de Superfície	NATAL PEDRO FACHINI Cap QOEA Fot R1

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas Legislações vigentes:

4.1.1. Para óleos lubrificantes:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.1.2. Para baterias automotivas:

4.1.2.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.2. Quanto a obrigação da contratada providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata, informo que a Contratante irá realizar a destinação correta.

4.1.2.3. Destacamos que às baterias terão aquisição sem troca, pois serão adquiridas para compor estoque.

4.1.3. Para os pneus automotivos:

Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida. Entretanto, em virtude da aquisição de pneus ser realizada para compor estoques, a BAFL dará a destinação correta aos pneus substituídos.

4.1.4. Para substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), como aerossóis, solventes, etc.:

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.2. Requisitos:

4.2.1 Para pneus: só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 e os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o condicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em caso de pneus importados, será exigido CTF do importador e não do fabricante.

4.2.2. Para produtos químicos: cadastro do fabricante no CTF.

4.2.3. Para lubrificantes e derivados de petróleo há necessidade de apresentação do CTF do fabricante e cumprimento dos requisitos abaixo:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;

f) O óleo lubrificante deverá ser novo e de primeira linha, sendo vedado aos fornecedores a substituição por outros que não obedeçam este requisito.

4.2.4. Para baterias: além do registro do fabricante ou importador no CTF (https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php) há necessidade de registro da bateria no INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/empresas/lista.asp>).

a) Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.3. Legislações específicas:

4.3.1. Exigência de cadastro no CTF:

- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

- Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais);

- Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 (Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021);

- Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).

4.3.2. Aquisição de óleo lubrificante:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)

- Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

4.3.3. Aquisição de baterias:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

- Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);

- Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);

- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado).

4.3.4. Aquisição de pneus:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);
- Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.);
- Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos).

4.3.5. Substâncias que destroem a camada de ozônio:

- Decreto nº 99.280, de 1990 (Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.);
 - Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 (Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.) - Decreto nº 2.679, de 1998 (Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992);
 - Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);
 - Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.);
 - Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)
- https://www.google.com/search?q=decreto+11550&rlz=1C1GCEU_ptBRBR1037BR1037&oq=decreto+&aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- Este Decreto revogou o SINARE - Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. As diligências foram norteadas pelos parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65 do Ministério da Economia.
- 5.2. O período de consulta foi de julho a novembro de 2023, e a área pesquisada o estado de Santa Catarina, visando obter valores de referência no patamar dos valores praticados na região.
- 5.3. Foi realizada pesquisa nos parâmetros “Pesquisa de Preços” no site de mesmo nome e “aquisições e contratações similares de outros entes públicos” nos Portais de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), do Governo de Estado de Santa Catarina.
- 5.4. O Mapa de Preços será anexado ao processo, constando a memória de cálculo referente a definição do valor de referência, a partir da média dos valores encontrados.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Os itens a serem adquiridos são de consumo frequente por esta Organização Militar, sendo classificados como bens comuns, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21.

6.2. Utilização do Pregão pelo Sistema de Registro de Preços, estando presentes os pressupostos previstos na Lei 14.133/21, Art. 6º, XIII e XLI.

6.3. As quantidades consideradas estão de acordo com a demanda de anos anteriores, estimativas de uso em virtude do envelhecimento da frota de viaturas, recomposição de estoque e possibilidade de utilização dos itens em virtude de manutenções corretivas.

6.4. O histórico de consumo de material foi baseado no período dos últimos três anos, 2020, 2021 e 2022. Entretanto, devido a escassez de recursos, há demandas reprimidas de manutenções que se pretende realizar até o final do ano de 2024, como troca de pneus e lubrificantes em virtude do tempo de uso, bem como não foi disponibilizado recurso para compra de materiais no ano de 2023.

6.5. Portanto, ao realizar uma licitação em virtude do exato enquadramento legal e das necessidades da Base Aérea de Florianópolis teremos ata validade dos preços durante o período de 12 (doze) meses, atendendo, com isso, os Princípios da Eficiência e da Economicidade.

6.6. As aquisições serão realizadas mediante disponibilidade de crédito para o ano de 2024 em conjunto com o planejamento das manutenções preventivas e recomposição de estoques.

6.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Os quantitativos de cada material, tabela abaixo, foram estimados com base em históricos anteriores dos últimos três anos, impossibilidade de aquisições de materiais no ano de 2023 por falta de recursos e estimativas de manutenções.

ITEM	Cód SIASG	Descrição Material	Quantidade	UN	AQUISIÇÕES ANTERIORES		
					2020	2021	2022
1	601273	Aditivo para radiador, concentrado, orgânico, composição básica monoetilenoglicol, características adicionais com anticorrosivo em conformidade com a NBR 15297, embalagem com 1 litro	100	L	0	20	0
2	372360	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 12 V, 30 AH, COM MEDIDAS EXTERNAS MÁXIMAS DE 200 x 135 x 190 mm (C x L x H), BORNES PARA APARAFUSAR O CABO. UTILIZAÇÃO EM MICROTRATORES CORTADORES DE GRAMA HUSQVARNA E TOYAMA	3	UN	0	0	0
3	429708	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 50 AH, D, CCA MÍNIMO 400 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA UTILIZAÇÃO EM FIAT UNO, TRATORES E STRADA	8	UN	0	0	0
4	427505	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 6AH, CCA MÍNIMO DE 60A, SEM MANUTENÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, USO EM HONDA 150 FAN 2013	3	UN	0	0	0

5	419344	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, D, CCA MÍNIMO 440 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT DOBLÓ, PEUGEOT 307 E VW PARATI	8	UN	2	0	0
6	375719	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA MÍNIMO 500 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM L200 E RANGER	8	UN	2	2	0
7	419343	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO	20	UN	5	8	3
8	397777	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 150 AH, E, CCA MÍNIMO 1000 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM CAMINHÕES E GERADORES	10	UN	2	0	0
9	430483	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, D, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM PEUGEOT BOXER	8	UN	1	2	2
10	244665	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00 R 20, VÁLVULA TC 131	20	UN	0	0	0
11	242589	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00 R 20, VÁLVULA TC131	16	UN	0	0	0
12	477840	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 600 R12, VÁLVULA TR 218A – TRAMONTINI TR-18	6	UN	0	0	0
13	239291	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 7,5 R15, VÁLVULA TR 218A – AGRALÉ 4230.4	4	UN	0	0	0
14	477838	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 9,5 R24 – VÁLVULA CENTRAL TR 218A – REFERÊNCIA – AGRALÉ 4230-4	4	UN	0	0	0
15	438316	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.75 R8 INDUSTRIAL PARA ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	4	UN	0	0	0
16	454562	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-52	10	UN	0	0	0
17	454677	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-78	12	UN	0	0	0
18	294978	CORREIA DO CORTADOR DE GRAMA PARA MICROTRATOR HUSQVARNA Z 242 F – REF 587 27 00-01	6	UN	0	0	0
19	261317	Desengripante líquido aerossol automotivo, embalagem com no mínimo 300 ml	30	UN	0	12	0

20	358886	Desincrostante alcalino automotivo para limpeza pesada, para limpeza automotiva de óleo, graxa e gorduras, tipo Metasil BR 36 Plus ou similar. Embalagem com 5 litros.	6	UN	0	0	0
21	438910	Fluido ARLA 32 (solução a 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada), embalagem com 20 litros	60	UN	30	0	0
22	263657	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, frasco com 500 ml	40	UN	0	10	0
23	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR GIRO ZERO HUSQVARNA Z 242F 2019 - REF 586918102	10	UN	0	0	0
24	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR TOYAMA 17.5/42 2018 - REF 942-0616A	10	UN	0	0	0
25	369251	Limpador de contatos elétricos/eletrônicos, aerossol, para limpeza de componentes elétricos, características adicionais: fácil evaporação, não condutor/inflamável, sem CFC. Embalagem com no mínimo 300 ml	20	UN	0	0	0
26	342628	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, COMPOSIÇÃO SILICONE, PIGMENTOS E ABRILHANTADOR, APLICAÇÃO SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E SIMILARES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG	6	UN	0	3	0
27	463190	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L	50	L	0	8	0
28	477466	ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS PARA MOTORES STIHL, TAXA DE DILUIÇÃO MÍNIMA DE 50:1, EMBALAGEM COM 500 ml. Referência Castrol Stihl 8017H.	300	UN	0	0	0
29	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO, 2 TEMPOS, TCW3, BASE SINTÉTICA, EMBALAGEM COM 1 L	100	L	0	0	0
30	467708	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W30, API SL ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	150	L	50	30	30
31	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API SN ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	100	L	0	0	0
32	472932	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, MOTORES FLEX, GASOLINA E DIESEL COM SISTEMA DPF, ACEA C3-16, MITSUBISHI TRITON 2022/2023. EMBALAGEM COM 1L	120	L	0	0	0

33	470282	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO SAE 0W20 SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO FIAT ARGO 1.3. EMBALAGEM DE 1L	50	L	0	0	0
34	471969	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO, API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 – EMBALAGEM COM 20 L	100	UN	0	5	5
35	461574	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO	25	L	0	12	8
36	461657	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 68, EMBALAGEM COM 20 LITROS	15	UN	0	0	0
37	481558	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO PARA CÂMBIO, SAE 40 – TRM-5, BALDE COM 20 LITROS	3	UN	0	0	0
38	470288	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 50, EMBALAGEM DE 1L	30	L	0	0	0
39	486604	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 75W90, EMBALAGEM DE 1L	40	L	0	0	0
40	473132	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 80W90 API GL5, BALDE COM 20 LITROS	4	UN	0	0	0
41	473133	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 85W140 GL5, EMBALAGEM DE 1L	50	L	0	0	0
42	473133	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 85W90 API GL-5, EMBALAGEM DE 1L	50	L	0	0	0
43	470290	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE 90 GL5, BALDE COM 20 LITROS	4	UN	0	0	0
44	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API CF OU SUPERIOR, ACEA C3, MOTORES DIESEL COM SISTEMA DPF, RENAULT MASTER 2023, EMBALAGEM COM 1L	50	L	0	0	0
45	473568	ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL DIESEL S10 – COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, ANTICORROSIVO E FUNGICIDA. AÇÃO DESCARBONIZANTE, BACTERICIDA, FUNGICIDA, LUBRIFICANTE E PROTETIVA. TRATAMENTO DE DIESEL NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE 1:400 L. EMBALAGEM DE 500 ML. REFERÊNCIA: BARDAHL MAX S10.	100	UN	0	0	0
46	601311	GRAXA AUTOMOTIVA CHASSIS – SAE NLGI 2 – BALDE COM 20KG	3	UN	0	0	0
47	294171	PNEU DE CARGA, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO FORA DE ESTRADA E COM CÂMARA PARA TRAÇÃO – REFERÊNCIA PIRELLI TG01	20	UN	0	0	0

48	294170	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA NO EIXO DIRECIONAL – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	5	UN	0	0	0
49	246795	PNEU 165/70 R13 79T	5	UN	0	0	4
50	244510	PNEU 185/60 R14 82H	5	UN	0	0	0
51	464148	PNEU 185 R14 C 102/100R 8 LONAS PARA KOMBI 2013	5	UN	0	0	0
52	268146	PNEU 185/60 R15 88H – DOBLO/ARGO	10	UN	0	0	2
53	264585	PNEU 185/65 R15 88H – LOGAN	5	UN	0	0	0
54	248158	PNEU 195/65 R15 – 91H – PEUGEOT 307	5	UN	0	0	0
55	365686	PNEU 265/70 R16 A/T 112S PARA L200 TRITON 2022/2023	10	UN	0	0	0
56	464150	PNEU 205/75 R16 C 110/108 R – PEUGEOT BOXER	12	UN	0	0	0
57	464151	PNEU 215/75 R17.5 126/124M – VOLARE/ CARGO 816 – REFERÊNCIA FR85	10	UN	0	0	0
58	398435	PNEU 225/50 R17 98V – FORD FUSION 2010	5	UN	0	0	0
59	468478	PNEU 225/65 R 16 C – 112/110 R – RENAULT MASTER 2023	10	UN	0	0	0
60	269566	PNEU 225/75 R16 107/110S AT/R PARA L200 2008	8	UN	0	0	0
61	362570	PNEU 235/75 R15 109S – RANGER 2010	14	UN	0	2	0
62	429623	PNEU 255/70 R16 (111T ou 109H) – RANGER 2014	6	UN	0	0	0
63	308065	PNEU 275/80 R 22,5, 16 lonas, 149/146 L, SEM CÂMARA - RODOVIÁRIO	10	UN	0	0	0
64	337425	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 9.00 R20, 140/137K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	8	UN	0	0	4
65	442744	PNEU 3.75-8 E CÂMARA DE AR, CAPACIDADE DE CARGA B, PARA A ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	3	UN	0	0	0
66	313823	PNEU 600/12 PARA TRAMONTINI TR-18	2	UN	0	0	0
67	239321	PNEU AGRÍCOLA 7,5 L R15 – AGRALE 4230.4	2	UN	0	0	0
68	440726	Protetor de câmara para pneu de caminhão aro 20 (900R20 e 1000R20)	20	UN	0	0	0
69	307107	DETERGENTE AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA DE CARNAÚBA, CONCENTRADO, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:40, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG ou 20 L.	10	UN	0	2	0
70	421259	VASELINA LÍQUIDA, AEROSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	20	UN	0	5	0

71	402986	CERA AUTOMOTIVA CRISTALIZADORA DE PINTURA COM PROTEÇÃO UV, COM ESPONJA APLICADORA. COMPOSIÇÃO: SOLVENTE ORGÂNICO, CERA SINTÉTICA, CERA DE CARNAÚBA, RESINA, ESPESSANTE E ESSÊNCIA. REFERÊNCIA SUN CAR WAX. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 g	20	UN	0	0	0
72	451979	FUNDO CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PRONTA PARA PINTURA. REFERÊNCIA TF-7. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	20	UN	0	0	0
73	454536	CORREIA TRANSMISSÃO MTD PARA CORTADOR DE GRAMA TOYAMA 17,5HP (13AN772S305) – REF 954-04060B	10	UN	0	0	0

7.1.1. Anexo encontra-se às Notas de Empenho comprovando às solicitações realizadas em anos anteriores demonstradas na tabela acima.

7.2 A tabela abaixo apresenta a frota atual de veículos:

Reg / Fab	Ano	Modelo	Marca
06DE419	2006	BOXER	PEUGEOT
07DP049	2007	L200	MITSUBISHI
08DE221	2008	BOXER	PEUGEOT
08DP029	2008	L200	MITSUBISHI
09BP318	2009	307SD	PEUGEOT
09DE240	2009	BOXER	PEUGEOT
10BPXXX	2010	FUSION SEL	FORD
10DE475	2010	SPRINTER 313	MERCEDES BENZ
10DP027	2010	RANGER	FORD
10DP116	2010	RANGER	FORD
10DP117	2010	VOLARE	MARCOPOLO
11BP346	2011	PARATI	VOLKSVAGEN
12DC118	2012	CARGO 1319	FORD
12DE142	2012	CARGO 1319	FORD
12DE271	2012	CARGO 2623	FORD
13BP044	2013	UNO MILLE	FIAT
13BP552	2013	KOMBI	VOLKSWAGEN
13BP635	2013	CG 150	HONDA
13DE181	2013	816 S	FORD
13DE315	2013	TECTOR 170E22	IVECO
13DE340	2013	TECTOR 170E22	IVECO
13DE556	2013	4230	AGRALE
13DP142	2013	ATEGO 1726	MERCEDES BENZ
13DP143	2013	ATEGO 1726	MERCEDES BENZ
14BP488	2014	RANGER	FORD
14DE094	2014	TR18	TRAMONTINI
14DE095	2014	TR18	TRAMONTINI
15BP021	2015	LOGAN	RENAULT
18CE127	2018	13AN772S305	TOYAMA
19BP005	2019	DOBLO	FIAT
19CE238	2019	Z242F	HUSQVARNA

19DP108	2019	NEOBUS MEGA	IVECO
21BP082	2021	ARGO	FIAT
22BC176	2022	STRADA	FIAT
22DP023	2022	L 200	MITSUBISHI
23DE034	2023	MASTER	RENAULT
23DP014	2023	L200	MITSUBISHI
52CE001	1952	STILELYNE	GM

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Em concordância ao que preconiza INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 a formação da referente pesquisa foi obtida no sítio painel de preços.

8.2. Considerando a formação dos preços, desconsiderando os preços inexequíveis ou excessivamente elevados na formação, foi utilizado a média aritmética com no mínimo três preços validos.

8.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 479.758,94 (quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme letra b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Os objetos decorrentes deste Estudo são técnica e economicamente viáveis de parcelamento em itens.

9.1.1. Tecnicamente porque não há dependência entre os materiais a serem adquiridos, já que os padrões de qualidade são claros e definidos por órgão superiores capazes de atesta padrões de funcionamento compatíveis, mesmo sendo produzidos/fornecidos por empresas diferentes.

9.1.2. Economicamente é viável pois ao se separar por item, não se diminui os ganhos, já que um fornecedor poderá ofertar lances para um item sem depender de outro.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Na há contratações correlatas em relação ao objeto deste processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em atenção ao paragrafo único do art. 1º do decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Planejamento anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2023, disposto no portal da Força Aérea Brasileira(FAB), conforme detalhamento a seguir:

I) Região/Unidade: Sul/BAFL

II) Data de Publicação no Portal da FAB: 29 de março de 2023

III) Código de Planejamento do Objeto no PACC: BAFL23SER009

12. Resultados Pretendidos

12.1. Pretende-se contratar os itens descritos nesta solução com o melhor preço e com a qualidade que atenda a especificação correspondendo às necessidades da BAFL para pronto atendimento de manutenções preventivas a serem realizadas no Setor.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para que o compromisso na administração ocorra, o processo deve ser sempre conferido e aprovado quanto sua legalidade pelos órgãos jurídicos e administrativos.

13.2. Ainda, deve ser definida a equipe de gestão da ata de registro de preços, fiscalização de recebimento, bem como controle dos saldos dos empenhos.

13.3. A BAFL deve possuir uma rotina clara de solicitação dos empenhos referentes aos materiais a serem adquiridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em conformidade com a legislação, a BAFL promove o descarte correto dos itens potencialmente poluentes com a destinação do óleo lubrificante, pneus e baterias usadas às empresas que realizam sua reciclagem ou logística reversa, e de acordo com o descrito no item 4 de Estudo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

5.1. Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução para aquisição destes itens, para atender as solicitações do setor para atendimento da BAFL, mostra-se viável tecnicamente e necessária, mediante a aprovação do Ordenador de Despesas.

15.3. Os materiais a serem adquiridos, enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço.

15.4 Assim, com o estímulo a ampla concorrência dos licitantes, a contratação será dividida em itens unitários.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo

NATAL PEDRO FACHINI CAP QOEA R1 FOT

Chefe da Seção de Transporte de Superfície

Despacho: Aprovo

DOUGLAS LEAO

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo.

LUCAS ARAÚJO GUIMARÃES

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo este ETP sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público

RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA

Ordenadora de Despesas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Empenhos 2020.pdf (1.74 MB)
- Anexo II - Empenhos 2021.pdf (3.17 MB)
- Anexo III - Empenhos 2022.pdf (1.56 MB)

Anexo I - Empenhos 2020.pdf



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	FU12\$	Nome Fantasia	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI			Estado	PR	Município	TOLEDO	CNPJ	30572270000138	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--	--	--------	----	-----------	--------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	20E0705	Indicador de Lotação	C20023	UG Executora	BAFL	Valor Original	2.260,00
Empenho	2020NE800717	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	2.260,00
Empenho Original/Temporário	2020NE000705	Data de Emissão	06/11/2020	Contrato		Valor Liquidado	2.260,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.006319/2019-38	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	P190035	Certame SIASG	PE 32/2019	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 20S0528 - Materiais para manutenção de viaturas..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302012AU	28/10/2020	9	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO BASE SINTÉTICA, TIPO SAE 5W30 API SL OU SUPERIOR, APLICAÇÃO MOTOR GASOLINA E ÁLCOOL, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFM204026AU	15,8000	50,0000	790,0000	50,0000	0,0000	39	OLEO, LUBRIFICANTE 5W 30	06/12/2020	
BFN302017AU	28/10/2020	3	FLUIDO ARLA 32 (SOLUÇÃO A 32,5% DE URÉIA DE ALTA PUREZA EM ÁGUA DESMINERALIZADA), BALDE COM 20 LITROS REF - BFM204020AU	49,0000	30,0000	1.470,0000	30,0000	0,0000	39	7891213145014	06/12/2020	



LEADDL, BAFL, MESTRE
06/12/2023 09:45 AQS05049W 1.0

Início Requisição Documentos Reparo PAM/S Licitação Indicador de Lotação Empenho Liquidação Contratos ACI Ordenador de Despesas Administração Ajuda Sair

**

Nota de Empenho



Informações do Fornecedor

CODEMP	BN40\$	Nome Fantasia	BRIMAX COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI	Estado	PR	Município	CURITIBA	CNPJ	24384947000101	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--------	----	-----------	----------	------	----------------	----------





Informações do Empenho

Identificador	20E0706	Indicador de Lotação	C20023	UG Executora	BAFL	Valor Original	4.310,00
Empenho	2020NE800718	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	4.310,00
Empenho Original/Temporário	2020NE000706	Data de Emissão	06/11/2020	Contrato		Valor Liquidado	4.310,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.006319/2019-38	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	P190035	Certame SIASG	PE 32/2019	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 20S0529 - Materiais para manutenção de viaturas..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302013AU	28/10/2020	11	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, SEM MANUTENÇÃO E COM 24 MESES DE GARANTIA MÍNIMA REF - BFM204028AU	215,0000	2,0000	430,0000	2,0000	0,0000	39	AGM AG 60HD	06/12/2020	
BFN302014AU	28/10/2020	12	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, SEM MANUTENÇÃO E COM 24 MESES DE GARANTIA MÍNIMA REF - BFM204029AU	330,0000	2,0000	660,0000	2,0000	0,0000	39	FLT70	06/12/2020	
BFN302016AU	28/10/2020	15	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VÍCULOS PESADOS, 100 AH, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA REF - BFM204032AU	406,0000	5,0000	2.030,0000	5,0000	0,0000	39	BATERIA, AUTOMOTIVA - 100A/H	06/12/2020	
BFN302039AU	28/10/2020	16	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VÍCULOS PESADOS, 150 AH, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA REF - BFM204033AU	595,0000	2,0000	1.190,0000	2,0000	0,0000	39	BATERIA 12V 150AH	06/12/2020	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	EK41\$	Nome Fantasia	CONECTA DISTRIBUIDOR DE BATERIAS - EIRELI			Estado	PR	Município	CURITIBA	CNPJ	15731313000197	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--	--	--------	----	-----------	----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	20E0707	Indicador de Lotação	C20023	UG Executora	BAFL	Valor Original	573,97
Empenho	2020NE800719	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	573,97
Empenho Original/Temporário	2020NE000707	Data de Emissão	06/11/2020	Contrato		Valor Liquidado	573,97
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.006319/2019-38	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	P190035	Certame SIASG	PE 32/2019	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 20S0530 - Materiais para manutenção de viaturas..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302015AU	28/10/2020	14	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MINIMA REF - BFM204031AU	573,9700	1,0000	573,9700	1,0000	0,0000	39	BATERIA, AUTOMOTIVA - 95 A/H	06/12/2020	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP

Z380\$

Nome Fantasia

CHEVROMAIS - COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP

Estado

PR

Município

CURITIBA

CNPJ

09017325000151

Detalhes

Informações do Empenho

Identificador

20E0708

Indicador de Lotação

C20023

UG Executora

BAFL

Valor Original

835,39

Empenho

2020NE800720

ND

339030

UG Credora

BAFL

Valor Atual

835,39

Empenho Original/Temporário

2020NE000708

Data de Emissão

06/11/2020

Contrato

Valor Liquidado

835,39

Situação

Finalizado

Modalidade

Pregão

PAG

67272.006319/2019-38

Valor a Liquidar

0,00

Certame SILOMS

P190035

Certame SIASG

PE 32/2019

Moeda

R\$

Observação

Local de entrega: BAFL - 20S0531 - Materiais para manutenção de viaturas..

Ações

Reforçar

Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302018AU	28/10/2020	72	FILTRO SEDIMENTADOR REFERÊNCIA TECFIL PSD920/1 PEA179 REF - BFM204089AU	128,0000	2,0000	256,0000	2,0000	0,0000	39	9.0541.15.1.0027	06/12/2020	
BFN302021AU	28/10/2020	65	FILTRO DE AR DE CABINE REFERÊNCIA TECFIL ACP211 REF - BFM204082AU	51,0000	1,0000	51,0000	1,0000	0,0000	39	FILTRO AR L200 DIE	06/12/2020	
BFN302022AU	28/10/2020	66	FILTRO DE AR DE CABINE REFERÊNCIA TECFIL ACP304 REF - BFM204083AU	16,8400	2,0000	33,6800	2,0000	0,0000	39	ELEMENTO DO FILTRO DE AR PESADO FORD	06/12/2020	
BFN302024AU	28/10/2020	42	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC890 REF - BFM204059AU	115,0000	1,0000	115,0000	1,0000	0,0000	39	BFU811	06/12/2020	
BFN302034AU	28/10/2020	52	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL4154 REF - BFM204069AU	29,9300	1,0000	29,9300	1,0000	0,0000	39	ELEMENTO FILTRO DE AR VEICULO LEVE FORD GASOLINA	06/12/2020	
BFN302037AU	28/10/2020	51	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL9606 REF - BFM204068AU	39,5500	1,0000	39,5500	1,0000	0,0000	39	ELEMENTO DO FILTRO DE AR VEIC LEVE VW	06/12/2020	
BFN302042AU	28/10/2020	19	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 119 REF - BFM204036AU	25,4100	3,0000	76,2300	3,0000	0,0000	39	FILTRO, DE OLEO, VTR DOBLO	06/12/2020	
BFN302046AU	28/10/2020	21	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 156 REF - BFM204038AU	78,0000	3,0000	234,0000	3,0000	0,0000	39	WP1144	06/12/2020	



LEAODL, BAFL, MESTRE
06/12/2023 09:46 AQ505049W 1.0

Início Requisição Documentos Reparo PAM/S Licitação Indicador de Lotação Empenho Liquidação Contratos ACI Ordenador de Despesas Administração Ajuda Sair

**

Nota de Empenho



Informações do Fornecedor

CODEMP	BP71\$	Nome Fantasia	COMERCIAL LUBI LTDA	Estado	RJ	Município	NOVA IGUACU	CNPJ	30248108000169	Detalhes
--------	--------	---------------	---------------------	--------	----	-----------	-------------	------	----------------	----------










Informações do Empenho

Identificador	20E0710	Indicador de Lotação	C20023	UG Executora	BAFL	Valor Original	1.270,00
Empenho	2020NE800721	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	1.270,00
Empenho Original/Temporário	2020NE000710	Data de Emissão	06/11/2020	Contrato		Valor Liquidado	1.270,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.006319/2019-38	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	P190035	Certame SIASG	PE 32/2019	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 20S0532 - Materiais para manutenção de viaturas..						

Ações

Reforçar Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302019AU	28/10/2020	61	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ASR376 REF - BFM204078AU	99,0000	1,0000	99,0000	1,0000	0,0000	39	7898611179986	06/12/2020	
BFN302020AU	28/10/2020	64	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL PSL283 REF - BFM204081AU	57,0000	1,0000	57,0000	1,0000	0,0000	39	PSL-283	06/12/2020	
BFN302026AU	28/10/2020	54	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS1013 REF - BFM204071AU	47,0000	3,0000	141,0000	3,0000	0,0000	39	ARS-1013	06/12/2020	
BFN302027AU	28/10/2020	55	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS1110 REF - BFM204072AU	29,0000	2,0000	58,0000	2,0000	0,0000	39	FILARDIESEL	06/12/2020	
BFN302030AU	28/10/2020	36	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 451 REF - BFM204053AU	74,0000	3,0000	222,0000	3,0000	0,0000	39	FILTRO DE COMB RANGER 2010 3.0 PSC 451	06/12/2020	
BFN302036AU	28/10/2020	22	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 158 REF - BFM204039AU	53,0000	1,0000	53,0000	1,0000	0,0000	39	FILTRO OLEO L200	06/12/2020	
BFN302043AU	28/10/2020	20	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 310 REF - BFM204037AU	39,0000	3,0000	117,0000	3,0000	0,0000	39	FILTRO OLEO RANGER 10 3.0 PSL 541	06/12/2020	
BFN302045AU	28/10/2020	40	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 881 REF - BFM204057AU	85,0000	1,0000	85,0000	1,0000	0,0000	39	PSC 72/2	06/12/2020	
BFN302048AU	28/10/2020	26	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 562 REF - BFM204043AU	13,0000	2,0000	26,0000	2,0000	0,0000	39	PSL-562	06/12/2020	
BFN302049AU	28/10/2020	35	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PEC 3023 REF - BFM204052AU	52,0000	3,0000	156,0000	3,0000	0,0000	39	FILTRO COMB DUCATO/BOXER MULTIJET 2.3	06/12/2020	
BFN302051AU	28/10/2020	29	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 283 REF - BFM204046AU	64,0000	4,0000	256,0000	4,0000	0,0000	39	7798001696515	06/12/2020	



LEAODL, BAFL, MESTRE
06/12/2023 09:46 AQS05049W 1.0

Início Requisição Documentos Reparo PAM/S Licitação Indicador de Lotação Empenho Liquidação Contratos ACI Ordenador de Despesas Administração Ajuda Sair

**

Nota de Empenho



Informações do Fornecedor

CODEMP F437\$ Nome Fantasia EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI Estado SP Município SÃO PAULO CNPJ 32005178000111

Detalhes

Informações do Empenho

Identificador	20E0712	Indicador de Lotação	C20023	UG Executora	BAFL	Valor Original	741,11
Empenho	2020NE800724	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	0,00
Empenho Original/Temporário	2020NE000712	Data de Emissão	06/11/2020	Contrato		Valor Liquidado	0,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.006319/2019-38	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	P190035	Certame SIASG	PE 32/2019	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 20S0533 - Materiais para manutenção de viaturas..						

Ações

Reforçar Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFN302023AU	28/10/2020	32	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 07/1 REF - BFM204049AU	14,8500	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302025AU	28/10/2020	46	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL AP7998 REF - BFM204063AU	45,9300	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302028AU	28/10/2020	33	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 12/7 REF - BFM204050AU	16,5600	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302029AU	28/10/2020	34	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PEC 3022 REF - BFM204051AU	42,8000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302031AU	28/10/2020	38	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 72/2 REF - BFM204055AU	10,3100	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302032AU	28/10/2020	48	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL4141 REF - BFM204065AU	45,8500	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302033AU	28/10/2020	49	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL5310 REF - BFM204066AU	38,7800	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302035AU	28/10/2020	50	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL6091 REF - BFM204067AU	11,8900	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302038AU	28/10/2020	28	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 144 REF - BFM204045AU	16,7900	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302040AU	28/10/2020	17	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 2002 REF - BFM204034AU	26,9200	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302041AU	28/10/2020	18	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 311 REF - BFM204035AU	16,5500	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302044AU	28/10/2020	30	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 04/7 REF - BFM204047AU	9,7500	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302047AU	28/10/2020	23	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 171 REF - BFM204040AU	16,9400	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302050AU	28/10/2020	39	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 73/1 REF - BFM204056AU	13,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	
BFN302052AU	28/10/2020	44	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC743 REF - BFM204061AU	65,9800	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		06/12/2020	

Anexo II - Empenhos 2021.pdf



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	FU12\$	Nome Fantasia	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	Estado	PR	Município	TOLEDO	CNPJ	30572270000138	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--------	----	-----------	--------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0302	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	344,48
Empenho	2021NE000311	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	344,48
Empenho Original/Temporário	2021NE000311	Data de Emissão	23/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	344,48
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0297 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173002AU	22/06/2021	1	ADITIVO PARA RADIADOR, CONCENTRADO, ORGÂNICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MONOETILENOGLICOL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ANTICORROSIVO EM CONFORMIDADE COM A NBR 15297, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFN219002AU	8,9800	20,0000	179,6000	20,0000	0,0000	01	ADITIVO, RADIADOR, SAE J1034 - 1L	23/07/2021	
BFO173007AU	22/06/2021	11	DESENGRIPANTE LÍQUIDO AEROSSOL AUTOMOTIVO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML REF - BFN219012AU	5,4900	12,0000	65,8800	12,0000	0,0000	01	7898436142592	23/07/2021	
BFO173053AU	22/06/2021	75	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, FRASCO COM 500 ML REF - BFN219076AU	9,9000	10,0000	99,0000	10,0000	0,0000	01	DIT 3	23/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	02YDK	Nome Fantasia	AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	Estado	SP	Município	JACAREI	CNPJ	08403769000162	Detalhes
--------	-------	---------------	--	--------	----	-----------	---------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0303	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	2.595,93
Empenho	2021NE000312	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	2.595,93
Empenho Original/Temporário	2021NE000312	Data de Emissão	23/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	2.595,93
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0298 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinicius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173003AU	22/06/2021	3	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 65 AH, D, CCA 550 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MINIMA, PARA USO EM FIAT LÍNEA, DOBLÓ E VW PARATI REF - BFN219004AU	279,9900	3,0000	839,9700	3,0000	0,0000	39	BATERIA 65 AMP CHUMBO ACIDO	23/07/2021	
BFO173004AU	22/06/2021	4	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA 500-660 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MINIMA, PARA USO EM L200 E RANGER REF - BFN219005AU	387,9900	2,0000	775,9800	2,0000	0,0000	39	FLT70	23/07/2021	
BFO173015AU	22/06/2021	5	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, D, CCA 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MINIMA, PARA USO EM BOXER E SPRINTER REF - BFN219006AU	489,9900	2,0000	979,9800	2,0000	0,0000	39	HG95MD	23/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	BN40\$	Nome Fantasia	BRIMAX COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI	Estado	PR	Município	CURITIBA	CNPJ	24384947000101	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--------	----	-----------	----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0304	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	4.208,00
Empenho	2021NE000313	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	4.208,00
Empenho Original/Temporário	2021NE000313	Data de Emissão	23/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	4.208,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0299 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinicius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173005AU	22/06/2021	6	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA 700-750 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO REF - BFN219007AU	526,0000	8,0000	4.208,0000	8,0000	0,0000	39	BATERIA, AUTOMOTIVA - 100A/H	23/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	BP71\$	Nome Fantasia	COMERCIAL LUBI LTDA	Estado	RJ	Município	NOVA IGUACU	CNPJ	30248108000169	Detalhes
--------	--------	---------------	---------------------	--------	----	-----------	-------------	------	----------------	----------

Informações do Empenho


Identificador	21E0307	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	154,30
Empenho	2021NE000316	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	154,30
Empenho Original/Temporário	2021NE000316	Data de Emissão	24/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	154,30
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0300 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/RequisiçõesEmpenho/Anulação/ReforçoFaturasHistóricoAcompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173006AU	22/06/2021	9	CIMENTO VULCANIZANTE PARA CONERTO DE PNEUS SEM CÂMARA A FRIO. LATA COM NO MÍNIMO 160G. REFERÊNCIA VIPAL CV-00 REF - BFN219010AU	23,9000	2,0000	47,8000	2,0000	0,0000	39	ADESIVO COLAGEM	24/07/2021	
BFO173070AU	22/06/2021	130	VASELINA LÍQUIDA, AEROSSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML REF - BFN219131AU	21,3000	5,0000	106,5000	5,0000	0,0000	39	VASELINA LIQUIDA TRANSPARENTE (A	24/07/2021	




LEAODL, BAFL, MESTRE
06/12/2023 10:06 AQS05049W 1.0

Início Requisição Documentos Reparo PAM/S Licitação Indicador de Lotação Empenho Liquidação Contratos ACI Ordenador de Despesas Administração Ajuda Sair

**

Nota de Empenho



Informações do Fornecedor

CODEMP	FV44\$	Nome Fantasia	NV IMPORT COMERCIO E SERVICOS LTDA	Estado	SP	Município	BARUERI	CNPJ	18746144000157	Detalhes
--------	--------	---------------	------------------------------------	--------	----	-----------	---------	------	----------------	----------


































Informações do Empenho

Identificador	21E0308	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	2.575,83
Empenho	2021NE000317	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	2.575,83
Empenho Original/Temporário	2021NE000317	Data de Emissão	24/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	2.575,83
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0301 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinicius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

Reforçar Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173008AU	22/06/2021	13	FILTRO DE AR DE CABINE REFERÊNCIA TECFIL ACP131 REF - BFN219014AU	14,0200	2,0000	28,0400	2,0000	0,0000	39	FILTRO AR COND DOBLO 1.4 ACP131	24/07/2021	
BFO173009AU	22/06/2021	14	FILTRO DE AR DE CABINE REFERÊNCIA TECFIL ACP211 REF - BFN219015AU	47,3300	1,0000	47,3300	1,0000	0,0000	39	A9408350047	24/07/2021	
BFO173010AU	22/06/2021	15	FILTRO DE AR DE CABINE REFERÊNCIA TECFIL ACP304 REF - BFN219016AU	11,7300	2,0000	23,4600	2,0000	0,0000	39	A9738350147	24/07/2021	
BFO173011AU	22/06/2021	18	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL AP7998 REF - BFN219019AU	64,9500	1,0000	64,9500	1,0000	0,0000	39	AP-7998	24/07/2021	
BFO173019AU	22/06/2021	29	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARSS673 REF - BFN219030AU	74,2500	2,0000	148,5000	2,0000	0,0000	39	DA-1352	24/07/2021	
BFO173020AU	22/06/2021	31	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS9837 REF - BFN219032AU	107,8300	2,0000	215,6600	2,0000	0,0000	39	7891342505123	24/07/2021	
BFO173021AU	22/06/2021	32	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS9841 REF - BFN219033AU	120,4800	2,0000	240,9600	2,0000	0,0000	39	ARS-9841	24/07/2021	
BFO173022AU	22/06/2021	33	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ASR203 REF - BFN219034AU	38,8500	1,0000	38,8500	1,0000	0,0000	39	FILTRO AR COND DOBLO 1.4 ACP131	24/07/2021	
BFO173023AU	22/06/2021	35	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ASR837 REF - BFN219036AU	60,9100	2,0000	121,8200	2,0000	0,0000	39	ASB-839	24/07/2021	
BFO173024AU	22/06/2021	36	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 04/7 REF - BFN219037AU	11,5900	2,0000	23,1800	2,0000	0,0000	39	GI-02/1	24/07/2021	
BFO173025AU	22/06/2021	37	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 12/7 REF - BFN219038AU	18,8000	2,0000	37,6000	2,0000	0,0000	39	FILTRO AR FIESTA ROCAM 1.6	24/07/2021	
BFO173026AU	22/06/2021	38	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 40/7 REF - BFN219039AU	11,7300	2,0000	23,4600	2,0000	0,0000	39	FILTRO QUIMICO MASCARA SEMI FACIL	24/07/2021	
BFO173027AU	22/06/2021	39	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PEC 3022 REF - BFN219040AU	36,8400	2,0000	73,6800	2,0000	0,0000	39	7798001690292	24/07/2021	
BFO173028AU	22/06/2021	42	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL GI 07/1 REF - BFN219043AU	16,6500	2,0000	33,3000	2,0000	0,0000	39	PD204	24/07/2021	
BFO173029AU	22/06/2021	44	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 353 REF - BFN219045AU	56,3200	2,0000	112,6400	2,0000	0,0000	39	PSC-491	24/07/2021	
BFO173030AU	22/06/2021	45	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 451 REF - BFN219046AU	67,3700	3,0000	202,1100	3,0000	0,0000	39	FILTRO DE COMB RANGER 2010 3.0 PSC 451	24/07/2021	
BFO173031AU	22/06/2021	46	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 494 REF - BFN219047AU	60,9700	2,0000	121,9400	2,0000	0,0000	39	7891342005586	24/07/2021	
BFO173032AU	22/06/2021	48	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 743 REF - BFN219049AU	73,9800	4,0000	295,9200	4,0000	0,0000	39	AF343	24/07/2021	
BFO173034AU	22/06/2021	50	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 882 REF - BFN219051AU	79,9800	1,0000	79,9800	1,0000	0,0000	39	AL5043	24/07/2021	
BFO173035AU	22/06/2021	52	FILTRO DE DIREÇÃO REFERÊNCIA TECFIL PH346 REF - BFN219053AU	7,3400	2,0000	14,6800	2,0000	0,0000	39	PH-346	24/07/2021	
BFO173036AU	22/06/2021	53	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 119 REF - BFN219054AU	19,1500	2,0000	38,3000	2,0000	0,0000	39	AP1008	24/07/2021	
BFO173037AU	22/06/2021	54	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 2002 REF - BFN219055AU	20,9500	2,0000	41,9000	2,0000	0,0000	39	PSL123	24/07/2021	
BFO173038AU	22/06/2021	56	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PEL 311 REF - BFN219057AU	13,9300	1,0000	13,9300	1,0000	0,0000	39	AP1186	24/07/2021	
BFO173039AU	22/06/2021	57	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 144 REF - BFN219058AU	18,2800	2,0000	36,5600	2,0000	0,0000	39	PSL-156	24/07/2021	
BFO173042AU	22/06/2021	60	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 171 REF - BFN219061AU	17,7500	3,0000	53,2500	3,0000	0,0000	39	PSL-171	24/07/2021	
BFO173044AU	22/06/2021	62	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 541 REF - BFN219063AU	21,2700	3,0000	63,8100	3,0000	0,0000	39	AP2710	24/07/2021	
BFO173045AU	22/06/2021	63	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 562 REF - BFN219064AU	13,1500	2,0000	26,3000	2,0000	0,0000	39	FILTRO OLEO PSL 560	24/07/2021	
BFO173046AU	22/06/2021	64	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL55 REF - BFN219065AU	11,9000	2,0000	23,8000	2,0000	0,0000	39	FILTRO OLEO UNO MILLE 1.0 FLEX PSL 55	24/07/2021	
BFO173047AU	22/06/2021	65	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL962 REF - BFN219066AU	26,9000	2,0000	53,8000	2,0000	0,0000	39	PSL-962	24/07/2021	
BFO173048AU	22/06/2021	68	FILTRO PARA ARLA REFERÊNCIA TECFIL PEA179/1 REF - BFN219069AU	32,8000	2,0000	65,6000	2,0000	0,0000	39	AP4335	24/07/2021	
BFO173049AU	22/06/2021	69	FILTRO SEDIMENTADOR REFERÊNCIA TECFIL PSD460/1 REF - BFN219070AU	37,7200	1,0000	37,7200	1,0000	0,0000	39	FILTRO DE OLEO PSD 480/1-M BENZ 712	24/07/2021	
BFO173050AU	22/06/2021	70	FILTRO SEDIMENTADOR REFERÊNCIA TECFIL PSD920/1 REF - BFN219071AU	64,2500	2,0000	128,5000	2,0000	0,0000	39	PSD964	24/07/2021	
BFO173052AU	22/06/2021	72	FILTRO SEDIMENTADOR REFERÊNCIA TECFIL PSD960/1 REF - BFN219073AU	44,3000	1,0000	44,3000	1,0000	0,0000	39	PSD-970/1	24/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	BE78\$	Nome Fantasia	AUTOLUK - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA - EPP	Estado	PR	Município	CURITIBA	CNPJ	20063556000134	Detalhes
--------	--------	---------------	--	--------	----	-----------	----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho


Identificador	21E0309	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	363,42
Empenho	2021NE000318	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	363,42
Empenho Original/Temporário	2021NE000318	Data de Emissão	24/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	363,42
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0302 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173012AU	22/06/2021	20	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL4147 REF - BFN219021AU	14,3200	2,0000	28,6400	2,0000	0,0000	39	FILTRO, DE AR, UNO MILLE 1.0, FIRE FLEX, ARL4147	24/07/2021	
BFO173016AU	22/06/2021	25	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARM446/1 REF - BFN219026AU	7,9200	1,0000	7,9200	1,0000	0,0000	39	ARS806	24/07/2021	
BFO173051AU	22/06/2021	71	FILTRO SEDIMENTADOR REFERÊNCIA TECFIL PSD950/1 REF - BFN219072AU	67,5900	4,0000	270,3600	4,0000	0,0000	39	7798159120092	24/07/2021	
BFO173054AU	22/06/2021	79	LÂMPADA AUTOMOTIVA H7 12V 55W REF - BFN219080AU	11,3000	5,0000	56,5000	5,0000	0,0000	39	6949999818101	24/07/2021	



LEADDL, BAFL, MESTRE
06/12/2023 10:07 AQS05049W 1.0

Início Requisição Documentos Reparo PAM/S Licitação Indicador de Lotação Empenho Liquidação Contratos ACI Ordenador de Despesas Administração Ajuda Sair

**

Nota de Empenho



Informações do Fornecedor

CODEMP	BL04\$	Nome Fantasia	PATRICIA CRISTINA DE ABREU	Estado	SP	Município	CARAPICUIBA	CNPJ	20363508000161	Detalhes
--------	--------	---------------	----------------------------	--------	----	-----------	-------------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0310	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	822,00
Empenho	2021NE000319	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	822,00
Empenho Original/Temporário	2021NE000319	Data de Emissão	24/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	822,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE Nº 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0303 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

Reforçar Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173013AU	22/06/2021	21	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL4154 REF - BFN219022AU	24,0000	1,0000	24,0000	1,0000	0,0000	39	AF343	24/07/2021	
BFO173014AU	22/06/2021	23	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARL6091 REF - BFN219024AU	13,0000	2,0000	26,0000	2,0000	0,0000	39	AB 3537	24/07/2021	
BFO173017AU	22/06/2021	26	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS1013 REF - BFN219027AU	40,0000	3,0000	120,0000	3,0000	0,0000	39	AF7219RS	24/07/2021	
BFO173033AU	22/06/2021	49	FILTRO DE COMBUSTÍVEL REFERÊNCIA TECFIL PSC 881 REF - BFN219050AU	56,4000	1,0000	56,4000	1,0000	0,0000	39	BF7679	24/07/2021	
BFO173040AU	22/06/2021	58	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 156 REF - BFN219059AU	52,0500	3,0000	156,1500	3,0000	0,0000	39	PSL-156	24/07/2021	
BFO173059AU	22/06/2021	86	LÂMPADA AUTOMOTIVA R10W 24V. CAIXA COM 10 UN. REF - BFN219087AU	10,9600	1,0000	10,9600	1,0000	0,0000	39	W5W	24/07/2021	
BFO173061AU	22/06/2021	95	MANCHÃO PARA CONSRTO DE PNEU A FRIO PARA USO EM PNEU RADIAL SEM CÂMARA, TAMANHO 75 X 55 MM, REFERÊNCIA VIPAL RAC 10. CAIXA COM 10 UNIDADES. REF - BFN219096AU	74,8400	1,0000	74,8400	1,0000	0,0000	39	PROTETO, CAMARA - 1000 X 20	24/07/2021	
BFO173062AU	22/06/2021	96	MANCHÃO PARA CONSRTO DE PNEU A FRIO PARA USO EM PNEU RADIAL SEM CÂMARA, TAMANHO 115 X 70 MM, REFERÊNCIA VIPAL RAC 12. CAIXA COM 20 UNIDADES. REF - BFN219097AU	60,7500	1,0000	60,7500	1,0000	0,0000	39	PROTETOR PNEU 1100 X 22	24/07/2021	
BFO173063AU	22/06/2021	97	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, COMPOSIÇÃO SILICONE, PIGMENTOS E ABRILHANTADOR, APLICAÇÃO SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E SIMILARES. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG REF - BFN219098AU	43,5000	3,0000	130,5000	3,0000	0,0000	39	LP100	24/07/2021	
BFO173069AU	22/06/2021	129	SHAMPOO AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA DE CARNAÚBA, CONCENTRADO, PARA USO NA DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:40, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG OU 20 L. REF - BFN219130AU	81,2000	2,0000	162,4000	2,0000	0,0000	39	SHAMPOO AUTOMOTIVO 5 LITROS	24/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	GY74\$	Nome Fantasia	UNT PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS EIRELI	Estado	DF	Município	BRASILIA	CNPJ	35339031000156	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--------	----	-----------	----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0315	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	398,08
Empenho	2021NE000324	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	398,08
Empenho Original/Temporário	2021NE000324	Data de Emissão	25/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	398,08
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0304 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173018AU	22/06/2021	28	FILTRO DE AR REFERÊNCIA TECFIL ARS3003 REF - BFN219029AU	53,2100	1,0000	53,2100	1,0000	0,0000	39	600700174401	25/07/2021	
BFO173041AU	22/06/2021	59	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 158 REF - BFN219060AU	43,2500	1,0000	43,2500	1,0000	0,0000	39	7898452282043	25/07/2021	
BFO173043AU	22/06/2021	61	FILTRO DE ÓLEO DO MOTOR REFERÊNCIA TECFIL PSL 283 REF - BFN219062AU	50,2700	6,0000	301,6200	6,0000	0,0000	39	PSL-283	25/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	GY75\$	Nome Fantasia	TADASHI COMERCIAL E SERVICOS EIRELI	Estado	SP	Município	SÃO PAULO	CNPJ	05841193000127	Detalhes
--------	--------	---------------	-------------------------------------	--------	----	-----------	-----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0317	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	299,60
Empenho	2021NE000327	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	0,00
Empenho Original/Temporário	2021NE000327	Data de Emissão	25/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	0,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0305 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinícius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173055AU	22/06/2021	80	LÂMPADA AUTOMOTIVA H7 24V 70W REF - BFN219081AU	14,1700	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		25/07/2021	
BFO173056AU	22/06/2021	83	LÂMPADA AUTOMOTIVA P21W 12V REF - BFN219084AU	2,5000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		25/07/2021	
BFO173057AU	22/06/2021	84	LÂMPADA AUTOMOTIVA PY21W 12V REF - BFN219085AU	5,7700	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		25/07/2021	
BFO173058AU	22/06/2021	85	LÂMPADA AUTOMOTIVA PY21W 24V REF - BFN219086AU	6,8300	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		25/07/2021	
BFO173060AU	22/06/2021	88	LÂMPADA AUTOMOTIVA WSW 24V REF - BFN219089AU	7,9900	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	39		25/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	EO69\$	Nome Fantasia	ROGAMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI	Estado	SP	Município	OSASCO	CNPJ	14974969000178	Detalhes
--------	--------	---------------	--	--------	----	-----------	--------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	21E0320	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL	Valor Original	2.157,54
Empenho	2021NE000329	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	2.157,54
Empenho Original/Temporário	2021NE000329	Data de Emissão	25/06/2021	Contrato		Valor Liquidado	2.157,54
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0306 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinicius, em conformidade com o PTA 2021..						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173064AU	22/06/2021	98	ÓLEO ATF LUBRIFICANTE PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L REF - BFN219099AU	14,3800	8,0000	115,0400	8,0000	0,0000	01	LUBRAX ATF TA	25/07/2021	
BFO173065AU	22/06/2021	108	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO BASE SINTÉTICA, TIPO SAE 5W30 API SL OU SUPERIOR, APLICAÇÃO MOTOR GASOLINA E ÁLCOOL, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFN219109AU	19,6500	30,0000	589,5000	30,0000	0,0000	01	OLEO, LUBRIFICANTE SW 30	25/07/2021	
BFO173066AU	22/06/2021	109	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 REF - BFN219110AU	12,8800	100,0000	1.288,0000	100,0000	0,0000	01	FA-106-5724	25/07/2021	
BFO173067AU	22/06/2021	110	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, TIPO SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFN219111AU	13,7500	12,0000	165,0000	12,0000	0,0000	01	FA-106-5729	25/07/2021	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor										
CODEMP	GY76\$	Nome Fantasia	CANAAN TRADE LTDA	Estado	SC	Município	ITAJAI	CNPJ	35973224000164	Detalhes
Informações do Empenho										
Identificador	21E0322	Indicador de Lotação	C21021	UG Executora	BAFL			Valor Original	1.080,00	
Empenho	2021NE000331	ND	339030	UG Credora	BAFL			Valor Atual	1.080,00	
Empenho Original/Temporário	2021NE000331	Data de Emissão	25/06/2021	Contrato				Valor Liquidado	1.080,00	
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65			Valor a Liquidar	0,00	
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$					
Observação	Local de entrega: BAFL - 21S0307 - Autorizado empenhar pelo Maj Vinicius, em conformidade com o PTA 2021..									
Ações										
								Reforçar	Anular	

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFO173068AU	22/06/2021	121	PNEU 235/75/R15 109S REF - BFN219122AU	540,0000	2,0000	1.080,0000	2,0000	0,0000	39	PNEU 235/75 R15	25/07/2021	

Anexo III - Empenhos 2022.pdf



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	E069\$	Nome Fantasia	ROGAMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI	Estado	SP	Município	OSASCO	CNPJ	14974969000178	Detalhes
--------	--------	---------------	--	--------	----	-----------	--------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	22E0193	Indicador de Lotação	C22024	UG Executora	BAFL	Valor Original	2.051,90
Empenho	2022NE000197	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	2.051,90
Empenho Original/Temporário	2022NE000197	Data de Emissão	25/04/2022	Contrato		Valor Liquidado	2.051,90
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 22S0186 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104001AU	14/04/2022	110	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, TIPO SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFN219111AU	13,7500	8,0000	110,0000	8,0000	0,0000	39	7896587301448	25/05/2022	
BFP104008AU	14/04/2022	108	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO BASE SINTÉTICA, TIPO SAE 5W30 API SL OU SUPERIOR, APLICAÇÃO MOTOR GASOLINA E ÁLCOOL, EMBALAGEM COM 1 LITRO REF - BFN219109AU	19,6500	30,0000	589,5000	30,0000	0,0000	39	7899887102319	25/05/2022	
BFP104009AU	14/04/2022	109	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 REF - BFN219110AU	12,8800	105,0000	1.352,4000	105,0000	0,0000	39	2710193211	25/05/2022	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor										
CODEMP	GY76\$	Nome Fantasia	CANAAN TRADE LTDA	Estado	SC	Município	ITAJAI	CNPJ	35973224000164	Detalhes
Informações do Empenho										
Identificador	22E0194	Indicador de Lotação	C22024	UG Executora	BAFL	Valor Original	956,00			
Empenho	2022NE000198	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	956,00			
Empenho Original/Temporário	2022NE000198	Data de Emissão	25/04/2022	Contrato		Valor Liquidado	956,00			
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00			
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$					
Observação	Local de entrega: BAFL - 22S0187 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.									
Ações										
									Reforçar	Anular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104002AU	14/04/2022	114	PNEU 165/70 R13 79T REF - BFN219115AU	239,0000	4,0000	956,0000	4,0000	0,0000	39	789963000409	25/05/2022	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP

G345\$

Nome Fantasia

LOGIDATA SOLUCOES EIRELI

Estado

DF

Município

BRASILIA

CNPJ

30695994000179

Detalhes

Informações do Empenho

Identificador

22E0195

Indicador de Lotação

C22024

UG Executora

BAFL

Valor Original

697,00

Empenho

2022NE000199

ND

339030

UG Credora

BAFL

Valor Atual

697,00

Empenho Original/Temporário

2022NE000199

Data de Emissão

25/04/2022

Contrato

Valor Liquidado

697,00

Situação

Finalizado

Modalidade

Pregão

PAG

67272.003454/2020-65

Valor a Liquidar

0,00

Certame SILOMS

N210018

Certame SIASG

PE N° 05/2021

Moeda

R\$

Observação

Local de entrega: BAFL - 22S0188 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.

Ações

Reforçar

Anular

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104003AU	14/04/2022	116	PNEU 185/60 R15 88H REF - BFN219117AU	348,5000	2,0000	697,0000	2,0000	0,0000	39	185/60 R14	25/05/2022	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	GI64\$	Nome Fantasia	PLANED COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Estado	SP	Município	SÃO PAULO	CNPJ	20776492000119	Detalhes
--------	--------	---------------	-----------------------------------	--------	----	-----------	-----------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	22E0196	Indicador de Lotação	C22024	UG Executora	BAFL	Valor Original	7.800,00
Empenho	2022NE000200	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	7.800,00
Empenho Original/Temporário	2022NE000200	Data de Emissão	25/04/2022	Contrato		Valor Liquidado	7.800,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 22S0189 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104004AU	14/04/2022	124	PNEU 9.00R20 14PR 141/139K PARA USO COM CÂMARA EM TERRENO MISTO REF - BFN219125AU	1.950,0000	4,0000	7.800,0000	4,0000	0,0000	39	29633826	25/05/2022	



**

Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	02YDK	Nome Fantasia	AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	Estado	SP	Município	JACAREI	CNPJ	08403769000162	Detalhes
--------	-------	---------------	--	--------	----	-----------	---------	------	----------------	----------

Informações do Empenho

Identificador	22E0197	Indicador de Lotação	C22024	UG Executora	BAFL	Valor Original	1.539,96
Empenho	2022NE000201	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	1.539,96
Empenho Original/Temporário	2022NE000201	Data de Emissão	25/04/2022	Contrato		Valor Liquidado	1.539,96
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 22S0190 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.						

Ações

ReforçarAnular

Itens/Requisições Empenho/Anulação/Reforço Faturas Histórico Acompanhamento

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104005AU	14/04/2022	3	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 65 AH, D, CCA 550 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT LÍNEA, DOBLÓ E VW PARATI REF - BFN219004AU	279,9900	2,0000	559,9800	2,0000	0,0000	39	BATERIA 65 AMP CHUMBO ACIDO	25/05/2022	
BFP104010AU	14/04/2022	5	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, D, CCA 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM BOXER E SPRINTER REF - BFN219006AU	489,9900	2,0000	979,9800	2,0000	0,0000	39	HG95MD	25/05/2022	



Nota de Empenho

Informações do Fornecedor

CODEMP	BN40\$	Nome Fantasia	BRIMAX COMERCIO E REPRESENTACOES - EIRELI	Estado	PR	Município	CURITIBA	CNPJ	24384947000101	Detalhes
--------	--------	---------------	---	--------	----	-----------	----------	------	----------------	--------------------------


Informações do Empenho

Identificador	22E0198	Indicador de Lotação	C22024	UG Executora	BAFL	Valor Original	1.578,00
Empenho	2022NE000202	ND	339030	UG Credora	BAFL	Valor Atual	1.578,00
Empenho Original/Temporário	2022NE000202	Data de Emissão	25/04/2022	Contrato		Valor Liquidado	1.578,00
Situação	Finalizado	Modalidade	Pregão	PAG	67272.003454/2020-65	Valor a Liquidar	0,00
Certame SILOMS	N210018	Certame SIASG	PE N° 05/2021	Moeda	R\$		
Observação	Local de entrega: BAFL - 22S0191 - Materiais para emprego nas viaturas da BAFL.						

Ações

Reforçar Anular

Itens/Requisições	Empenho/Anulação/Reforço	Faturas	Histórico	Acompanhamento
-------------------	--------------------------	---------	-----------	----------------

Requisição	Data	Item SIASG	Descrição da Requisição	Valor Unitário	Qtd.	Valor Total	Qtd. Recebida	Qtd. a Receber	Subelemento da ND	PN	DPE	Abrir
BFP104006AU	14/04/2022	6	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA 700-750 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO REF - BFN219007AU	526,0000	3,0000	1.578,0000	3,0000	0,0000	39	BATERIA, AUTOMOTIVA - 100A/H	25/05/2022	



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	07/12/2023 14:25:20
Páginas do Documento:	40
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	41
Hash MD5:	ede48fc16b79fa823e2d267c998f3860
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento DOUGLAS LEÃO no dia 07/12/2023 às 11:30:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LUCAS ARAUJO GUIMARÃES no dia 07/12/2023 às 13:05:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap NATAL PEDRO FACHINI no dia 07/12/2023 às 13:19:51 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap PEDRO HENRIQUE COSTA PINTO MARINHO no dia 04/01/2024 às 08:24:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 14/01/2024 às 13:05:40 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO